RESUMO

A Estratégia de Uma Guerra Esquecida: fundamentos estratégicos aplicados à questão do Saara Ocidental

A presente comunicação tem por finalidade analisar a estratégia utilizada pelo Marrocos e pela República Árabe Saaraui Democrática (RASD) ao longo da disputa pelo controle do Saara Ocidental. Trata-se de pesquisa qualitativa que teve por objetivo geral estudar a dinâmica do conflito a partir de pressupostos da teoria da estratégia. O referencial teórico foi construído a partir das ideias de Clausewitz, Maquiavel e Sun Tzu, enquanto a base empírica é consequência de estudo de caso associado à realidade do conflito propriamente dito. Verifica-se que o Marrocos adotou estratégia preponderantemente direta, enquanto os Saarauis adotaram estratégia associada a conflito de longa duração e baixa intensidade, em posturas bastante divergentes entre si. Apesar de a disputa territorial prosseguir sem solução, opina-se pela ligeira superioridade da estratégia adotada pela RASD, na medida em que esta, em inferioridade absoluta de meios, vem conseguindo manter o conflito latente.

Palavras-chave: estratégia, conflito, saara ocidental, marrocos, república árabe saaraui democrática.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the strategy used by Morocco and the Saharawi Arab Democratic Republic (SADR) along the struggle for control of Western Sahara. It is a qualitative research that had as main objective to study the dynamics of conflict from the assumptions of strategy's theory. The theoretical framework was built from the ideas of Clausewitz, Machiavelli and Sun Tzu, while the empirical basis is a consequence of the case study associated with the reality of the conflict itself. It is noted that Morocco adopted mainly direct strategy, while the Saharawi adopted strategy associated with long term conflict and low intensity strategy, in very different positions between each other. Despite the territorial dispute is still unresolved, the strategy adopted by the SADR shows slight superiority to that extent, taking into consideration the absolute inferiority of means, which has managed to keep the latent conflict.

Keywords: strategy, conflict, western sahara, morocco, saharawi arab democratic republic.

A Estratégia de uma Guerra Esquecida: fundamentos estratégicos aplicados à questão do Saara Ocidental

Sylvio Ferreira[1]
Eduardo Migon[2]

INTRODUÇÃO[3]

A questão do Saara Ocidental permanece na história como o mais recente, duradouro e contemporâneo caso de descolonização[4] não-resolvido do continente africano, em pleno século XXI. Uma saída da metrópole mal conduzida, a guerra travada entre 1976 e 1991 e a mais longa intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda presente na África fazem parte da trajetória histórica da "última colônia do mundo". Nesse sentido, trata o presente artigo sobre o caso do Saara Ocidental, estudado com o apoio de referencial teórico oriundo, preponderantemente, da Estratégia.

1 Doutorando em Ciências Militares [Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM) / Instituto Meira Mattos (IMM) / Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)]. Mestre em Ciências Militares (ESAO). Pesquisador do Laboratório de Estudos de Defesa (ECEME). Email: sylvio98@hotmail.com

2 Doutor em Ciências Militares (ECEME). Doutorando em Administração (EBAPE/FGV). Mestre em Operações Militares (ESAO). Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares (PPGCM/ECEME). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Política e Estratégia de Defesa (NEPED/ECEME), do Laboratório de Estudos de Defesa (LED/ECEME) e do Centro de Investigação de Segurança & Defesa (CISDI/IESM/Portugal). Email: eduardomigon@gmail.com

3 Os autores agradecem ao parecerista anônimo da Revista Política Hoje pelos comentários recebidos, auxiliando no processo de reflexão acerca de perspectivas e conteúdos do artigo.

4 Para uma melhor compreensão dos termos "colonialismo" e "descolonização", os quais emolduram o contexto político do Saara Ocidental, sugere-se a consulta a Ashcroft (2007, pp. 40–44, 56–59).

O Saara Ocidental é um território não-governado[5], atualmente sob a custódia da ONU, localizado na porção noroeste da África Saariana[6]. Trata-se de um dos lugares mais inóspitos e menos habitáveis do mundo, de clima árido e temperaturas extremas que variam entre 50 e 60 graus Celsius no verão e baixam a 1 grau, no inverno. O território possui fronteiras terrestres com o Marrocos, a Argélia e a Mauritânia e é banhado pelo Oceano Atlântico a oeste. No entanto, há potenciais fontes de exploração econômica, tais como o fosfato, o minério de ferro, a pesca e a areia, além de especuladas reservas de petróleo e gás natural, o que podem motivar interesses pela região (Estrada, 2014; Pointier, 2004; Rézette, 1975; J. Smith, 2013; White, 2015).

O estudo de caso tem como principal motivação trazer à discussão da comunidade acadêmica brasileira uma questão pouco conhecida e explorada na literatura nacional, o que se pretende fazer com o apoio de referencial teórico associado à teoria da Estratégia. Para tal, serão visitados conceitos associados ao pensamento de Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz, etc., os quais serão perspectivados em relação a um conflito real e presente, que tem o Marrocos e o Saara Ocidental como principais atores. Em complemento ao referencial teórico, serão utilizados conceitos da doutrina contemporânea do Exército Brasileiro, fonte documental que, adicionalmente, irá subsidiar o estudo em questão.

Para atingir os propósitos do presente estudo, este artigo está dividido em seis seções, que visam a realizar a ambientação conceitual e histórica sobre a questão, bem como a consecução do estudo de caso propriamente dito. Logo após a presente introdução, segue-se a exposição da base teórico-empírica, composta por uma caracterização da área, uma delimitação dos fundamentos teóricos da estratégia e contornos da questão de estudo, incluindo interesses de atores externos em relação ao conflito. Avançando, tem-se uma breve exposição da metodologia, em seguida do que se trata o caso propriamente dito, particularizando a estratégia de cada um dos atores. Ao final, são extraídas breves considerações finais.

2. BASE TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1. Caracterização da Área

Preliminarmente à análise da questão de pesquisa, cabe expor o contorno do ambiente do conflito, isto é, caracterizar a área de operações.

O Saara Ocidental é parte do Maghreb, no noroeste africano. Com uma área de 284.000 km2, possui fronteiras terrestres com a Argélia (42 km), Mauritânia (1561 km) e Marrocos (442 km). A área do território é essencialmente desértica, razoavelmente plana, com algumas montanhas rochosas em sua superfície, bem como dunas e regiões com areia compactada. Sua população foi estimada em 222.000 habitantes, o que não inclui a considerável quantidade de refugiados nos campos localizados na Argélia: de 90.000 a 180.000. Essa

5 Trata-se de status adquirido desde 1963. Para uma breve síntese da transição do controle territorial, inicialmente sob administração do Reino da Espanha, posteriormente do Marrocos e Mauritânia, atualmente sob proteção da ONU, sugere-se a consulta à mensagem do Under-Secretary-General for Legal Affairs (2002, p. 2). Para uma melhor compreensão da situação atual, sugere-se a consulta ao documento de trabalho preparado por Secretariat of United Nations General Assembly (2015).

6 Para melhor visualização da inserção geográfica e da dimensão territorial do Saara Ocidental sugere-se a consulta ao mapa atualizado recentemente pela ONU (2012).

população, também conhecida como saaraoui, é de origem berbere, religião islâmica e possui como idiomas o espanhol, assim como, de origem árabe, o hassiânico e o marroquino. Sua expectativa de vida gira em torno de 47 anos e uma parte da população possui hábitos nômades (United Nations, 2007).

Oriundos de uma mistura de berberes indígenas e tribos árabes, os saaraouis possuem ancestrais do século XV, quando tribos do Iêmen cruzaram a África, estabelecendo-se na região que, mais tarde, viria a ser conhecida como Saara Ocidental. As condições climáticas extremas e o terreno desfavorável encorajaram as diferentes tribos a coexistir e viver juntas. Mais tarde, a aceitação do Islã pelos berberes e o fortalecimento da cultura muçulmana atribuíram àquelas tribos uma forte identidade árabe. Portanto, o povo saaraoui resulta de uma mistura de tribos, marcada pela exposição à dificuldade e à adaptação ao terreno desértico desde muito cedo em sua história (ONU, 2007).

No tocante a aspectos relacionados ou que influenciam a economia, o território do Saara Ocidental não foi aquinhoado com uma diversidade de recursos naturais, nem tampouco com amenidades climáticas. Há pouquíssima vegetação na região e o regime pluviométrico é bastante irregular. As atividades econômicas estão relacionadas às práticas pastoris nômades, à pesca e à exploração de fosfato, sendo estas duas realizadas apenas em porção do território. Atualmente, a grande maioria das atividades econômicas se desenvolve em uma pequena quantidade de cidades na parte oeste do território, controlada pelo Marrocos (vide figura 01, à esquerda da linha vermelha), sobretudo as localizadas no litoral (Ferreira, 2012).

Cabe notar que o território atual do Saara é dividido em duas porções bem definidas, caracterizando uma linha nítida, também conhecida por "The Berm", de aproximados 1500 km de extensão, construída como parte da estratégia militar utilizada pelas Forças Armadas marroquinas durante a guerra. À oeste, fica o lado controlado pelos marroquinos; à leste, o lado controlado pelos saaraouis ou lado livre. Na figura 01, podem-se observar tais aspectos.

Fonte: ONU, 2012.

2.2. A Estratégia

No que concerne à estratégia, em especial quanto a sua origem, a evolução do seu estudo e os conceitos correlatos, há diversas fontes bibliográficas e documentais a respeito. Uma revisão de vulto, cobrindo desde a Antiguidade até o final do século XX, foi disponibilizada por (1986)[7], em obra que permite compreender os contornos da estratégia enquanto elemento de conexão entre a vontade política e a ação militar em conflitos e guerras. Outra sistematização expressiva foi disponibilizada por (1999)[8], que, seguindo a tradição tratadista francesa, pormenorizou os contornos teóricos do estudo de Estratégia, com destaque para a inserção da discussão acerca da cientificidade dos estudos no âmbito desta área do conhecimento. Segundo este autor, a Estratégia nunca foi tratada de forma isolada, sendo comumente associada a outras áreas do conhecimento, de forma multidisciplinar, o que tornou sua abordagem extremamente ampla. No entanto e, para fins do presente estudo, foco será dado na literatura que trata da Grécia Antiga, de Sun Tzu, de Maquiavel, de Clausewitz, bem como alguns pressupostos sobre o assunto constantes na doutrina em vigor no Exército Brasileiro.

O conceito de estratégia é bastante antigo, embora seu estudo mais sistemático não neces-

7 Esta obra foi posteriormente traduzida para o português, o que ampliou a inserção no âmbito do pensamento brasileiro. Vide Paret (2001, 2003).

8 Uma versão em português foi recentemente disponibilizada. Vide Coutau-Bégarie (2010).

sariamente seja tão anterior cronologicamente. Segundo Freedman(2013),a contribuição da Grécia Antiga para a Estratégia como área do conhecimento, em termos de importância subsequente, foi a mais relevante. De acordo com alguns dos primeiros registros, o sucesso nas batalhas era relacionado à boa relação com os deuses. Neste sentido, o melhor conselho estratégico era estar "à direita dos deuses". Em seguida, tal ideia foi dando espaço a uma gradativa sistematização dos conceitos correlatos.

Os diversos personagens da Grécia Antiga auxiliam na compreensão do conceito de estratégia. Um primeiro exemplo foi o binômio, representado por Mëtis e Bïé, que representavam, respectivamente, inteligência e força física. Péricles foi um dos personagens que representava a primeira parte desse binômio, pois gerenciava o sistema político, utilizando-se de eloquência e de sua habilidade em persuadir pessoas, fossem estas aliadas ou inimigas. Assim, constituía a personificação da inteligência. Com a participação do povo nas decisões dos governantes, cresceu de importância a utilização da aplicação da linguagem falada e suas habilidades o auxiliavam naquele sentido.

Ulisses também foi conhecido por ser ardiloso e pela sua habilidade em pensar e falar. Com isso, procurava confundir, desorientar e despistar oponentes, de tal forma que se tornou vítima da própria mentira. Seu grande triunfo foi o episódio do "Cavalo de Tróia", quando utilizou um cavalo de madeira, com soldados no seu interior, como artifício para enganar os troianos. O cavalo foi dado como um presente a esses últimos, os quais tiveram sua cidade invadida. Outro episódio marcante que envolveu Ulisses foi a forma como derrotou o Ciclope, um gigante, com natural superioridade física. Ulisses perfurou seu olho, cegando-o, como única forma de derrotar um oponente assimétrico, bem mais forte, minorando, assim, sua diferença física. Note-se que, por meio desses exemplos, o conceito de estratégia vai sendo aos poucos construído. Em todos os casos citados, um determinado agente atingia um objetivo por um meio, uma forma, combinando força e astúcia. Então, a estratégia pode ser entendida, inicialmente, como esse meio de atingir determinado objetivo.

Tucídides, outro personagem grego, ressaltava importância das coalizões para atingir os objetivos do Estado e relegava a segundo plano estratégias lentas e defensivas, dando maior importância às rápidas e ofensivas. Nesse sentido, a guerra ia se tornando uma das atividades mais complexas e importantes do Estado, para ser deixada à sorte dos atos heróicos de indivíduos ou à mercê das vontades divinas. Com isso, a Grécia constituiu um conselho composto por dez indivíduos, chamados de estrategos, para auxiliar o governante na condução da guerra. Portanto, da Grécia Antiga, um dos componentes da origem conceitual da estratégia residia nesse conselho, composto por líderes militares (Freedman, 2013).

Outro nome que contribuiu de modo destacado para a construção conceitual da estratégia como área do conhecimento foi Sun Tzu, general chinês que viveu por volta de 500 A.C. Verdadeiramente chamado Sun Zi, sua obra mais relevante para o estudo da estratégia foi "A Arte da Guerra", a qual relacionava conceitos e ideias utilizados até os dias de hoje em diversas áreas e que influenciaram grandes nomes como Napoleão Bonaparte. "Conhecer o inimigo e a si mesmo, para obter cem vitórias em cem batalhas" ou "subjugar o inimigo sem efetuar um único disparo" constituem exemplos clássicos de como impor a vontade de uma parte ao seu adversário, seja este mais forte ou não (Sun Tzu, 2001)[9], 2001). Ademais,

9 Que pese a contribuição de Sun Tzu ser fundamental para a estruturação do pensamento estratégico chinês, e que pese este ser um dos autores orientais mais "populares" no que concerne ao pensamento estratégico deste relevante ator internacional, cabe destacar que a maior parte dos estudos ocidentais acerca de

Sun Tzu definia um grande estrategista como "um mestre da ilusão", ou seja, alguém que fizesse sempre o inesperado e, com isso, iludisse seu oponente. A força real existente de um determinado elemento deveria ser utilizada somente onde necessária. Sun Tzu defendia a separação do chefe político e do chefe militar, funções que deveriam ser desempenhadas por pessoas distintas para o sucesso da estratégia traçada. Ainda, era adepto da utilização de ações indiretas, das alianças e da utilização de princípios de guerra como a massa (utilização do máximo de poder de combate em ponto e locais decisivos) e economia de meios (distribuir mais meios em áreas tidas como prioritárias em detrimento de outras). Este pensador de grande renome foi um dos primeiros a estipular a relação, a subordinação e a dependência entre estratégia, política e poder. Portanto, da obra de Sun Tzu surge mais uma ideia que nos ajuda a construir o conceito de estratégia. Nesse sentido, entende-se que deve haver duas partes e um caminho entre elas. De acordo com Sun Tzu, de um lado, os aliados; de outro, seus adversários; o caminho que os une rumo à vitória dos primeiros seria, pragmaticamente, a estratégia.

Avançando no tempo, surge a contribuição do italiano Niccolo Maquiavelli, que traçou relevantes considerações acerca do estudo da Estratégia. Maquiavel (1998) explicou, em sua obra "O Príncipe", diversos aspectos sobre o comportamento do estadista, do chefe político, ou seja, do príncipe, e sobre como ele deveria agir para atingir seus objetivos. Uma de suas principais ideias era a máxima de que "os fins justificam os meios". Nota-se, mais uma vez, a recorrência do "meio" na obtenção de algum objetivo. Do "caminho" ou da "forma", já mencionada anteriormente. De acordo com Maquiavel, o príncipe deveria variar sua atitude, de acordo com as circunstâncias, inclusive agindo imoralmente, se necessário fosse, pois a capacidade de enganar era um atributo desejável. Melhor ser temido que amado, se não pudesse ser ambos. Maquiavel, diferentemente de Sun Tzu[10], defendia que a política e a guerra eram indissociáveis, sendo o chefe político, também chefe militar. Era adepto, ainda, da mobilização nacional em favor da guerra, da incorporação do vencido à organização política do vencedor e da ampla utilização de astúcia para a consecução dos objetivos traçados. Muitos de seus pressupostos podem ser notados no caso em questão[11].

Já Carl Von Clausewitz (Clausewitz, 1832)[12], em sua obra "Da Guerra", trouxe uma série de conhecimentos para o estudo da estratégia. Das diversas contribuições que Clausewitz trouxe em sua obra, cabe ressaltar algumas delas para os fins do presente trabalho. Inicialmente, Clausewitz define estratégia como "a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra". Portanto, mais um autor nos remete à ideia de "meio" ou "caminho" para um agente obter algo, como visto anteriormente. Segundo sua definição, cabe-nos apontar que a estratégia seria o caminho que une os "engajamentos" com "o propósito da

Sun Tzu são incipientes, conforme crítica de Kane (2007, pp. 1–27), em obra que se indica como sugestão de aprofundamento.

10 Para uma análise comparativa mais aprofundada acerca das perspectivas teóricas de Sun Tzu e Maquiavel sugere-se Freedman (2013, pp. 42–53).

11 Aqui sustentou-se o pensamento estratégico de Maquiavel a partir de seu texto mais conhecido junto à Ciência Política. Para leitores mais próximos das Ciências Militares talvez seja mais comum a abordagem a partir da sua obra específica de Estratégia – A Arte da Guerra (Maquiavel, 2008) – a qual se sugere como literatura complementar.

12 Tendo em vista tratar-se de obra extensa, e mesmo de difícil compreensão, sugere-se a leitura preliminar, a título de introdução, da síntese disponibilizada por Howard (1983). Uma tradução útil, ainda que sendo conveniente acompanhar o texto em português pari passu com o original, foi disponibilizada pela Escola de Guerra Naval (https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf).

guerra". É interessante ressaltar, também, de sua obra, a interface existente entre o ente militar – representado pelos "engajamentos" - e o político – "propósitos da guerra". Segundo Clausewitz, "a guerra constituía a continuação da política" e estava subordinada a esta. Defendia a guerra absoluta[13], a destruição do inimigo, não havendo limite lógico para a aplicação da força necessária para tal propósito. A violência, segundo Clausewitz, deveria traduzir o propósito político de maneira racional e utilitária. Assim como Maquiavel, e diferentemente de Sun Tzu, Clausewitz propunha que o chefe político deveria também exercer o controle supremo, dirigindo a condução da guerra. Sua famosa tríade "Estado--Exército-Povo"[14] é outro aspecto que merece destaque de sua obra. A estratégia traçada que trouxesse consigo os três pontos da tríade em alinhamento de intenção teria sucesso. Por fim, Clausewitz apresentou em sua obra importante diferenciação entre a tática e a estratégia, sendo a primeira "o emprego das forças armadas no engajamento" e a segunda, já previamente definida.

Terminada a revisão conceitual, e tendo em vista que dispor de um conceito operacionalizado tende a ser útil para melhor avançar em direção à análise do caso em estudo, indica-se uma definição simplificada de estratégia, tão somente com a finalidade de oferecer uma categoria analítica de referência ao longo do estudo de caso. Assim sendo, sintetiza-se que estratégia é "a arte de preparar e aplicar o poder para, superando óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política". Tal definição é coerente com a perspectiva teórica previamente revisada, assim como encontra convergência com a perspectiva institucional de organizações que se dedicam ao estudo aplicado da estratégia, a exemplo do Ministério da Defesa (MD, 2007, p. 98), da Escola Superior de Guerra (ESG, 2014, p. 56), do Exército Brasileiro (EB, 2001, p. 1–4).

2.3. A Questão do Saara Ocidental: uma revisão histórica

Datam do ano de 1884 os primeiros registros da colonização espanhola nas áreas costeiras do Saara Ocidental, entre a região de Tarfaya – atual sul do território do Marrocos - e Villa Cisneros – atual cidade de Dakhla, ao sul do Saara Ocidental – situação que perdurou até o ano de 1976 (Estrada, 2014; Secretariat of United Nations General Assembly, 2015; Shelley, 2004).

Durante o período colonial do Saara Ocidental, houve revoltas de tribos locais contra a metrópole, muitas das quais não obtiveram efetivo sucesso. Shelley (2004) aponta que, em 1898, o povo saarauí estabeleceu uma resistência contra os espanhóis na cidade de Smara, a qual foi vencida apenas em 1912, com apoio francês. Os ânimos locais continuaram exaltados e, na década de 1930, a Espanha e a França conduziram operações militares combinadas, com a finalidade de conter aquela natureza de manifestação. Já em 1956 e 1957, há relatos que apontam a condução de outra revolta contra Espanha por tribos locais, atacando suas posições no Saara. Mais uma vez, com apoio francês, uma ação militar combinada,

13 O conceito de "guerra absoluta" é central na obra de Clausewitz. Todavia, a compreensão do termo é bastante controversa tendo gerado críticas e discussões de relevância, razão pela qual se sugere a leitura de Smith (2004) para uma melhor compreensão do contexto da obra, do autor e da época em que o mesmo expôs suas ideias. De modo similar, também pode ser útil o ensaio introdutório redigido por Paret (1984). Quanto ao surgimento de uma "escola de pensamento" específica, na Alemanha, vide Gat (1989).

14 Trata-se de outro conceito central, e bastante discutido, da obra de Clausewitz. Sugere-se aprofundar em Bassford (2007).

batizada de Operação Écouvillon, foi conduzida com a finalidade de debelar as iniciativas contrárias à dominação da metrópole europeia.

No plano político, há relatos que as fronteiras do Saara Ocidental foram confirmadas pela Espanha e pela França em 1934. No entanto, a partir de 1956, o recém-independente Marrocos iniciou sua reivindicação do território, fato que culminou com o enfrentamento, a guerra e um impasse que perdura até os dias de hoje (Rézette, 1975). Já as iniciativas de descolonização, provocadas pela Organização das Nações Unidas, datam do ano de 1965[15]. Note-se que uma condução bem planejada e, sobretudo, bem negociada desse processo, a partir daquele momento, poderia ter evitado o conflito armado. No entanto, tal condução não ocorreu. A ONU veio a declarar o Saara Ocidental um território não-governado, em virtude de ainda ser uma colônia espanhola e com base na resolução 1514, segundo a qual, todas as pessoas teriam o direito à autodeterminação. Assim, a organização se posicionou a favor da descolonização e do exercício da autodeterminação do povo saarauí, o que deveria ser exercido por meio de um referendo. Na ocasião, o Rei Hassan II do Marrocos clamou à ONU a anexação da parte norte do território e a Mauritânia, a parte sul (Estrada, 2014; Pointier, 2004; Ruiz Miguel, 2014; Shelley, 2004).

Paralelamente, movimentos nacionalistas saarauis de libertação começaram a se organizar e atuar em prol da independência e da criação do Estado-Nacional Saara Ocidental. O primeiro movimento de que há registro era chamado Harakat Tahrir, o qual surgiu em 1967. No entanto, tal movimento foi dizimado e desapareceu um ano depois. Já em 1973, surgiu um movimento mais consistente, com lideranças mais efetivas, com componentes político e militar bem definidos, chamado Frente para a Liberação de Saguia-el-Hamra e Río de Oro, também conhecido como Frente Polisário. A partir de então, teve início uma guerra contra a Espanha (Boukhari, 2004; Pazzanita, 1994; Zoubir, 2010).

Em 1974, a Espanha estava pronta para realizar o referendo e organizou um recenseamento da população no território, como medida preliminar à realização da medida que aconteceria sob os auspícios da ONU. Esta pediu, então, à Corte Internacional de Justiça parecer sobre o estado do Saara Ocidental, a qual considerou que nem Marrocos, nem a Mauritânia poderiam estabelecer qualquer vínculo de soberania do território (Janis, 1976). A decisão da Corte Internacional de Justiça estimulou uma reação do rei do Marrocos que, no mesmo dia, anunciou que iria liderar uma marcha "pacífica" de 350.000 marroquinos em direção ao Saara Ocidental, evento que ficou conhecido como "Marcha Verde". Tal movimento adentrou o Saara Ocidental em 6 de novembro de 1974, apoiado pelo Exército Real Marroquino e deu início ao conflito com a Frente Polisário a partir de então. Em 14 de novembro de 1974, diante da evolução dos acontecimentos, a Espanha firmou, às pressas, o chamado Acordo de Madri, com o Marrocos e com a Mauritânia, o qual cedia dois terços do norte do território ao Marrocos e um terço do sul à Mauritânia. Cabe destacar que tal acordo foi considerado nulo pela ONU, além de ser realizado consultando apenas parte das lideranças locais do Saara Ocidental (Estrada & Ricci, 2012; Estrada, 2014; Pointier, 2004; Zoubir, 2007).

Em 1976, pode-se afirmar que a guerra passou a ser travada em dupla frente pela Frente Polisário, componente político-militar do Saara Ocidental, contra as Forças Armadas do

15 Consequência, dentre outras, da criação no âmbito da ONU, em 1961, de um comitê especial para o assunto, cuja trajetória pode ser melhor vista em http://www.un.org/en/decolonization/.

Marrocos e da Mauritânia. Esse conflito provocou um grande êxodo de refugiados para a cidade de Tindouf, na Argélia, fora do território Saarauí. Merece destaque tal movimento de refugiados, uma vez que teve grande impacto nas tentativas frustradas de recenseamento posteriores para a realização do referendo, fato que se reflete até os dias de hoje (Ammour, 2006; Estrada, 2014).

Em 26 de fevereiro de 1976, a presença colonial espanhola veio a fim. O Djemma, uma assembleia consultiva tribal subsaariana de líderes ("sheiks"), criado pelas autoridades espanholas, votou pela integração com o Marrocos e Mauritânia. No entanto, em 27 de fevereiro de 1976, um grupo formado por ex-membros do Djemma e outros sheiks pró-Polisário proclamaram a República Árabe Saaraui Democrática (RASD), com os líderes da Frente Polisário nomeados para o seu governo.

A guerra continuava. Segundo Stephan et Mundy (2006), com braços e ajuda da Argélia e da Líbia, os soldados da Frente Polisário, altamente motivados e bem adaptados ao terreno, lutavam contra as Forças do Marrocos e da Mauritânia. Após três anos de conflito, a Mauritânia assinou um acordo de paz com a Frente Polisário, renunciando a sua suposta parte do Saara Ocidental, depois de sofrer consideráveis derrotas e baixas no embate com as tropas polisárias (Estrada, 2014; Zoubir, 2007). Cabe destacar que a Mauritânia era, à época, um Estado muito débil, pois a sua independência da França fora atingida há pouco e o país procurava ainda se organizar internamente com poucos recursos, tentando construir um modelo econômico sustentável (FERREIRA, 2012, p. 20).

Durante o período 1985-1988, a ONU começou a envidar maiores esforços para apaziguar a questão. Em 30 de agosto de 1988, o Marrocos e a Frente Polisário vieram a aceitar as propostas da ONU e da Organização da União Africana (OUA), no sentido de resolver o conflito (Zunes & Mundy, 2010). Esta resolução deveria ser alcançada por meio de um referendo, através do qual o povo do Saara Ocidental escolheria entre a independência ou a integração com Marrocos. Em 18 de junho de 1990, o Secretário-Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, apresentou um plano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com propostas concretas para o caso, o que incluía a criação de uma missão de paz e um cessar-fogo. Ambas as partes concordaram e, em 6 de setembro de 1991, as hostilidades cessaram. Em seguida, foi criada a Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (MINURSO)[16], segundo Durch (1993), uma das missões de paz com objetivos mais ambiciosos dentre as existentes à época. A MINURSO tinha como pontos precípuos em seu mandato original a criação de condições para a realização do referendo, a sua condução propriamente dita, a garantia da consecução de seus resultados, além da fiscalização do cessar-fogo entre as partes (ESTRADA; RICCI, 2012; UN, 1991).

Muitos anos se passaram e iniciativas posteriores, como o Acordo-Quadro e os Planos Baker I e II, foram rejeitados por uma ou outra parte, sobretudo pela controvérsia criada pela dificuldade de identificação de quem teria ou não direito de voto no referendo. Isto continuou a ser a pedra no caminho para quaisquer propostas ou tentativas de avançar a processo, até os dias de hoje (Ruiz Miguel, 2014; Zunes & Mundy, 2010).

No decorrer de todo este tempo, diversos atores tiveram participações relevantes na questão, sendo, assim, o conflito armado em questão influenciado por elementos externos, que apoiaram as partes em distintas ocasiões e fases, seja militarmente, diplomaticamente, fi-

16 Vide http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minurso/

nanceiramente ou humanitariamente (SHELLEY, 2004).

Neste sentido, pode-se identificar como um primeiro ator externo a Argélia. No tocante à questão do Saara Ocidental, a Argélia nunca a considerou um caso totalmente resolvido. A ocupação do Saara Ocidental pelo Marrocos foi ponderada por aquele país como um casus belli[17], não tendo, entretanto, declarado guerra formalmente aos marroquinos. Num quadro de rivalidade histórica com o Marrocos e de competição por hegemonia política no Maghreb, a integração de fato do Saara Ocidental pelo Marrocos representaria um precedente na questão da inviolabilidade de fronteiras, que a Argélia avaliava como perigosa para a sua própria integridade territorial. Outra questão estratégica para Argélia seria o acesso ao Atlântico para o escoamento de seus minérios através do Saara Ocidental. Ainda, existia um compromisso argelino com exercício do direito de autodeterminação por parte do povo saarauí, em virtude da sua condição de antiga colônia. Dessa forma, a Argélia pode ser considerada, desde 1975 como a maior aliada da Frente Polisário, tendo aberto as portas aos refugiados saarauis que até hoje se concentram em campos junto a Tindouf, além de fornecer-lhes apoio político, logístico e abrigando a sede provisória do governo da RASD (Pereira, 2012; Sousa, 2012).

Enquanto a Frente Polisário contou com o apoio de países como a Argélia e a Líbia, dois grandes produtores e exportadores de petróleo, as forças militares marroquinas foram consideravelmente apoiadas por duas grandes potências militares: os EUA e a França. A França, que apoiava declaradamente a posição marroquina, não hesitaria em recorrer ao seu poder de veto no Conselho de Segurança na ONU, caso a posição marroquina se visse ameaçada. O apoio francês não era meramente retórico, passava também pelos campos econômico e militar, temendo que um referendo no Saara Ocidental pudesse pôr em perigo o equilíbrio político interno de um de seus aliados. Posição semelhante mantinham os EUA, os quais enfrentavam um dilema ético, de apoio ao princípio da autodeterminação dos povos, consagrada na Carta da ONU, versus o apoio ao Marrocos. No entanto, questões geopolíticas e econômicas prevaleceram sobre as questões de princípios, pois os EUA temiam um Saara Ocidental revolucionário e apoiado pela Argélia. Esta, próxima da URSS durante a Guerra Fria, desestabilizaria o Marrocos, um aliado com uma posição estratégica junto à entrada do mar Mediterrâneo (FERREIRA, 2012; PEREIRA, 2012; SHELLEY, 2004).

Já a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era também, ainda que de uma forma indireta, mais um dos atores externos com participação no conflito. Tal fato se dava, uma vez que todo o armamento utilizado pelos saarauis era fabricado naquele país, comprado pela Argélia e pela Líbia, e posteriormente cedido parcialmente à Frente Polisário, que, dessa forma, acabava por ter à sua disposição um evoluído arsenal bélico sem qualquer custo (FERREIRA, 2012; SHELLEY, 2004).

Após a retirada de Espanha, o Saara fora supostamente passado à posse do Marrocos e da Mauritânia, conforme ficara acordado no Acordo de Madrid. Foi, então, a partir daquele momento, em 1976, que teve início a participação de mais um ator relevante na questão em apreço: a Organização da União Africana (UA ou OUA). Uma vez envolvida nesta questão, a OUA assumiu, assim, a condução do processo de referendo até meados de 1984, quando o Marrocos abandonou a organização, como forma de protesto pelo fato da RASD ter sido

17 Expressão do latim, que significa a ocorrência de algum fato suficientemente grave para um Estado declarar guerra a outro.

formalmente admitida nos quadros da organização. Porém, antes da intervenção das Nações Unidas, foi a OUA quem esteve na chefia das operações, de 1976 a 1984. No entanto, apesar dos esforços realizados pela OUA, no sentido que houvesse diálogo entre o Marrocos e a Frente Polisário, tal situação não avançou, em virtude da intransigência marroquina diante das pretensões saaraouis (FERREIRA, 2012; PEREIRA, 2012; SOUSA, 2012).

3. METODOLOGIA

Em termos epistemológicos, registra-se a adoção da Teoria da Complexidade[18] enquanto paradigma científico balizador da presente reflexão. Tal escolha decorre da percepção de que o paradigma mecanicista é insuficiente para absorver a pluralidade de atores e posicionamentos acerca da questão do Saara Ocidental, ao mesmo tempo em que a longa duração do conflito faz com que a dinâmica do mesmo seja influenciada pela evolução decorrente da interação e aprendizado dos atores, em contexto plural e dinâmico. A mais que isso, trata-se de reconhecer que passados quase setenta anos de sua formulação original (Weaver, 1948) a teoria já avançou e se consolidou por inúmeras áreas científicas, fornecendo adequado suporte conceitual em campos de interesse específico do caso em exame, a exemplo das Ciências Sociais (Byrne, 1998), da Ciência Política (Cairney, 2012), das Relações Internacionais (Bousquet & Curtis, 2011) e das Ciências Militares[19](Bousquet, 2009; Richardson, Mathieson, & Cilliers, 2000).

Assim sendo, assume-se que a questão do Saara Ocidental configura um sistema complexo, caracterizado por um conjunto de atores – ONU, OUA, União Europeia[20], Espanha, Marrocos, Argélia, Frente Polisário, grupos sociais locais, etc. – que interagem entre si e dão origem a dinâmica teia de relacionamentos, a qual aperfeiçoa-se, dinamicamente, ao longo do tempo. Acredita-se que a perspectiva da complexidade é particularmente coerente quando se reflete que o estudo da conflitualidade internacional é de particular interesse das Ciências Humanas (História, Geografia, Ciência Política, Relações Internacionais, etc.) e das Ciências Sociais Aplicadas (Economia, Direito, Administração, etc.) além de, naturalmente, da Defesa (Ciências Militares, Estudos de Defesa, Tecnologia de Defesa, etc.). Sob tal prisma, acredita-se que o conflito é fenômeno associado quer ao indivíduo quer ao grupo social, mas sempre associado ao relacionamento entre estes, o que leva à necessidade de estudar-se tanto os atores quanto a dinâmica do relacionamento entre os atores, que possuem ampla gama de estruturas, interações e agentes. Sintetizando, tem-se que a construção das estruturas de um sistema complexo está intimamente relacionada ao comportamento que emerge das interações daqueles agentes e à constante ação e reação dos mesmos, gerando processos de mudança que não podem ser descritos por uma única regra, nem tão pouco reduzidos a um único nível de explicação.

18 Para uma compreensão inicial da teoria, sugere-se a revisão da abordagem de Gell-Mann (1995) e das considerações de Richardson et Cilliers (2001). Para uma visão da evolução da teoria ao longo do tempo, quer em seus elementos conceituais quer no aspecto histórico, útil a leitura de Mitchell (2009).

19 Uma revisão conceitual de particular interesse para cientistas militares foi disponibilizada por Couture (2007). Uma das opções associadas ao paradigma da complexidade é o seu potencial de integrar a interlocução de diferentes áreas do conhecimento, sendo exemplo a coletânea organizada por Alberts et Czerwinski (1997).

20 A proximidade do Saara Ocidental em relação ao continente europeu, a origem colonial da questão, bem como os interesses geopolíticos e econômicos dos europeus na região, fazem com que o assunto esteja permanentemente na agenda política da União Europeia, como se vê em Darbouche et Colombo (2010).

Em termos metodológicos, cabe informar que a abordagem adotada foi de cunho exclusivamente qualitativo, tendo sido realizado um estudo de caso descritivo (Zucker, 2009), bem como coletados dados a partir de levantamento estratégico de área (CASTRO, 1994; EME, 2001, p. A1–A18) e de observação participante[21], entrevistas informais com a população da área e registro de imagens. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), bem como considerados aspectos associados à etnografia. Em termos práticos, cabe referir que a pesquisa foi preponderantemente bibliográfica, tendo as atividades de campo ocorrido de forma assistemática, em conjunto com o exercício profissional no Saara Ocidental. A questão de partida de balizou e delimitou a presente abordagem pode ser enunciada, sinteticamente, como sendo: que aspectos estratégicos foram utilizados pelo Marrocos e pela República Árabe Saaraui Democrática, principais atores locais envolvidos na questão do Saara Ocidental? A abordagem geral da pesquisa procurou atender ao objetivo geral de "estudar a questão do Saara Ocidental, sob a ótica da Estratégia", e aos objetivos específicos de (i) apresentar aspectos teóricos sobre a Estratégia, (ii) apresentar uma síntese histórica sobre a questão e (iii) estudar a dinâmica do caso "Saara Ocidental".

4. ESTUDO DO CASO EM ANÁLISE

4.1. A Estratégia Aplicada pelo Marrocos

O Marrocos, país localizado no noroeste do continente africano, constitui um dos protagonistas na questão do Saara Ocidental. Sua participação teve início, ainda, no período colonial e perdura até os dias de hoje. Durante todas as fases dessa questão, a estratégia utilizada pelos reis Hassan II e Mohamed VI visava à anexação do Saara Ocidental ao Estado Nacional Marrocos e, na totalidade da história desse impasse, o ponto pacífico para a parte marroquina foi o exercício da soberania[22] sobre o território saarauí. Portanto, temos definidos os pontos que o "caminho" ligava: de um lado, o Estado do Marrocos; de outro, seu "propósito de guerra", como definiu Clausewitz, a saber: a anexação do Saara Ocidental. Pode-se complementar, ainda, afirmando que o Estado marroquino tinha como objetivo nacional a anexação do Saara Ocidental para si. A seguir, procuraremos identificar as várias facetas da estratégia nacional marroquina.

O Marrocos era um protetorado francês, desde 1912. Em 1904, na Conferência das Algeciras, a Inglaterra concedeu à França o domínio de Marrocos, cujo sultão tinha contraído uma grande dívida com aquele país da Europa (em troca, a França concordou que o Reino Unido governasse o Egito). Em 1859, a Espanha anexou o Marrocos, anexação esta que veio a terminar, quando o sultão marroquino Moulay Abd Al-Hafid aceitou, em 1912, o estatuto de protetorado francês.

Após a Segunda Guerra Mundial, a população do Marrocos exigiu o regresso do sultão e, em 1955, a França, que já se encontrava envolvida em debelar a insurreição na Argélia,

21 Em consequência do 1º autor haver integrado o efetivo de Observadores Militares da MINURSO, bem como haver desempenhado a função de oficial de Estado-Maior da mesma missão, no período de dezembro de 2008 a dezembro de 2009.

22 Para uma melhor compreensão do conceito de soberania, assim como para melhor enquadramento teórico da discussão associada ao mesmo, sugere-se a obra de Paupério(1958).

concordou com a independência da sua colônia, que foi celebrada dia 2 de março de 1956. A mudança do controle francês sobre Marrocos para as mãos do sultão e do partido independentista Istiqlal ocorreu, portanto, de modo pacífico e coordenado (Rézette, 1975).

Em agosto de 1957, Mohammed V transformou o Marrocos num reino, passando a utilizar o título de rei. No entanto, em 1959, o partido Istiqlal se dividiu em dois grupos: um majoritário, conservador e obediente a Mohammed "Allal Al-Fasi"; e outro, de caráter republicano e socialista, que adotou o nome de União Nacional das Forças Populares. Nessa ocasião, Mohammed V aproveitou a oportunidade para distanciar a figura do rei dos partidos, atribuindo a si próprio um papel arbitral. Note-se uma grande proximidade com um dos aspectos já abordado anteriormente, presente na obra de Maquiavel: como o príncipe deveria se comportar. O rei do Marrocos agiu exatamente, como preconizava o autor italiano, ao se colocar acima dos partidos políticos e soberano dentro do Estado.

Essa manobra política contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento da monarquia, como se verificou no referendo de 1962, já com Mulay Hassan, filho de Mohammed V, falecido em 1961, que adotou o título de rei Hassan II. Nesta ocasião, foi aprovada uma constituição de caráter monárquico-constitucional e, um ano depois, foram realizadas eleições parlamentares que permitiram a concentração de poderes com o rei Hassan II. A partir da década de 1970, tentativas de golpe de Estado e sucessivas constituições provocaram uma grande turbulência no reino. Tal turbulência criou um ambiente favorável para as pretensões expansionistas do rei.

O ano de 1974 marcou o início dessa nova orientação da política de Hassan II, sobretudo no plano externo. Naquele ano, o Marrocos declarou seu objetivo nacional, já apresentado neste trabalho, de anexar o Saara Espanhol, sendo de especial interesse o acesso às riquezas minerais do território, a exemplo do fosfato e, desconfiava-se à época acerca da existência, do petróleo.

Tal pretensão foi materializada em novembro de 1975, com o avanço da "Marcha Verde". Coincidentemente, o impulso estratégico que motivou essa invasão ocorreu no mesmo dia em que foi conhecida a conclusão da Corte Internacional de Justiça (CIJ, 1975) sobre o exercício da autodeterminação pelo povo saarauí. Naquele dia, Hassan II informou o país que "teve um sonho inspirado por Deus, no qual o povo marroquino realizava uma marcha de entrada no Saara, que marcaria a posse do território por parte do Marrocos", a já mencionada marcha. Com isso, em 6 de novembro de 1976, cerca de 350 mil marroquinos, civis e militares, entraram no Saara Ocidental, com a afirmação da pujança do nacionalismo marroquino ligado à ideia do "Grande Marrocos". Foi notável e presente na "Marcha Verde" a tríade de Clausewitz: o povo, motivado pelos desejos expansionistas do rei; neste, o componente do Estado; e o apoio de suas forças armadas, que garantiram a entrada no território saarauí em segurança, por último, as Forças Armadas marroquinas, leais aos propósitos reais (Ruiz Miguel, 2014).

A Espanha, que já identificava sérios problemas em relação à descolonização e à transição de regime aplicado no Saara, aproveitou a oportunidade para retirar-se. Em 14 de novembro de 1976 foi assinado um acordo tripartite, no qual a Espanha cedia o Saara ao Marrocos e à Mauritânia, em troca de garantia do direito de livre pesca de navegações espanholas nas costas do Saara e de uma cota de 35 por cento nas minas de fosfatos de Bou Craa (Barata, 2008, p. 98). O acordo de Madri, apesar de ter sido considerado nulo pela ONU, foi o ca-

minho, ou seja, mais uma parte da estratégia marroquina para validar a anexação do Saara Ocidental.

No entanto, muitos foram os óbices se antepuseram à política marroquina. O primeiro e, talvez, o que teve os reflexos mais contundentes para o Marrocos, foi o imediato início da resistência saarauí, oferecida pelo braço armado do Saara Ocidental, a Frente Polisário. O segundo grande óbice para o Marrocos foi a posição contrária da ONU e a condenação por parte da organização da sua postura invasiva. E o terceiro grande óbice foi a criação da República Árabe Saaraui Democrática, que obteve, no decorrer da história, o reconhecimento de um número crescente de países[23].

A estratégia traçada para se contrapor ao primeiro óbice foi a guerra, travada entre 1975 e 1991. O Marrocos empregou, então, o método da estratégia direta (EME, 2001, p. 2–5), que se caracteriza pelo emprego ou simples ameaça do emprego do poder nacional, com predominância da expressão militar, de forma a coagir o adversário a solucionar determinado conflito. Já para os outros dois óbices mencionados, a estratégia foi ainda mais complexa e envolveu a premente necessidade de apoio da comunidade internacional. Este apoio foi baseado em técnicas de propaganda, as quais variaram no decorrer dos tempos. Assim, o Marrocos teve que empregar o método de estratégia indireta (EME, 2001, p. 2–5), que constitui o emprego predominante de qualquer uma das expressões do Poder Nacional, que não a militar.

Nesse sentido, e no contexto da Guerra Fria, o Marrocos maximizou a ligação do Saara Ocidental com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e com o comunismo, de modo a tentar angariar apoio dos Estados Unidos da América (EUA), o que se projeta até os dias de hoje. Para tal, o Marrocos aplicou o mesmo método da estratégia indireta. Atualmente, o Marrocos tende a associar a Frente Polisário a organizações terroristas. Com isso, os EUA[24] passaram a apoiar o Marrocos no plano político e militar, por meio de um programa de treinamento das forças marroquinas (Ammour, 2006; Estrada & Ricci, 2012).

Em relação aos nomes e escolas de pensamento estratégico em questão neste trabalho, podem ser construídas algumas correlações. O Marrocos, desde o início do conflito, separou as figuras do chefe político e do chefe militar, representadas, respectivamente, pelo rei e pelo comandante militar das Forças Armadas marroquinas. Tal separação é alinhada ao pensamento de Sun Tzu e contrária ao que, literalmente, propunham. Já a guerra, estratégia direta utilizada pelos marroquinos e defendida por Clausewitz e Maquiavel, foi a conduta adotada pelo rei para uma tentativa de solução rápida dessa questão. Como veremos a se-

23 Requerimento de audiência pública recentemente protocolado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados informa que "A RASD é reconhecida internacionalmente por 81 estados e mantém embaixadas em 13 deles, sendo membro da União Africana desde 1984, carecendo, no entanto, de representação na ONU. O primeiro estado que reconheceu a RASD foi Madagáscar em 28 de Fevereiro de 1976" (Ribeiro & Lopes, 2015)DF", "title" : "Requerimento para a realiza\u00e7\u00e3o de Audi\u00eancia P\u00fablica para debater a situa\u00e7\u00e3o do Sahara Ocidental e o reconhecimento da Rep\u00fablica \u00c1rabe Saharaui Democr\u00e1tica pelo governo brasileiro", "type" : "article" }, "uri" : ["http://www.mendeley.com/documents/?uuid=f91090a7-5535-409e-b924-10a35f12d724"], "uris" : ["http://www.mendeley.com/documents/?uuid=f91090a7-5535-409e-b924-10a35f12d724"] }], "mendeley" : { "formattedCitation" : "(Ribeiro & Lopes, 2015.

24 Para uma visão da equação estratégica estadunidense, consequência da necessidade de harmonizar seus interesses em relação ao relacionamento com Marrocos, Argélia e com a própria RASD, sugere-se Zoubir et Benabdallah-Gambier (2005).

guir, esta não foi a estratégia mais eficiente. Já uma estratégia indireta, defendida por Sun Tzu, poderia ser mais adequada a um encaminhamento para uma solução, que destaca-se, ainda não ocorreu.

Em meados da década de 1980, o Marrocos já estava bem desgastado após quase um decênio de guerra e, apesar de uma notória superioridade militar, seu inimigo não era derrotado, nem sequer se rendia. O Marrocos havia adotado o método de planejamento estratégico do conflito violento com forte intensidade militar (EME, 2001, p. 2–11), mas tal linha de ação acabou fadada a não resolver de forma definitiva o conflito. Ao longo dos anos a Frente Polisário empreendeu uma "guerra de guerrilha", o que resultou em elevado número de baixas nas forças marroquinas. Para combater esse modus operandi da Frente Polisário o Exército do Marrocos adotou uma estratégia defensiva, a qual visava ao isolamento da área que estava sob seu controle. Para tanto, o Exército Marroquino gradualmente criou uma linha defensiva ("The Berm") para separar o território controlado pelas partes do conflito. Essa linha era uma parede formada por bancos de areia, somados a aspectos do relevo, tais como montanhas e formações rochosas, e possuía cerca de duzentos e trinta subunidades e quinhentos e cinquenta pelotões em posição defensiva, organizados em pontos fortes, circundados por obstáculos e campos de minas. A "Berm" corta o território original do Saara Ocidental de nordeste para sudoeste, onde atinge a costa do Atlântico na fronteira com a Mauritânia. Além de se separar fisicamente do seu oponente, o Marrocos reduziu o número de baixas quando evitou o enfrentamento direto com a Frente Polisário. Diversas considerações sob a ótica de estratégia poderiam ser feitas sobre a construção desse muro. A preferência pela defensiva, constante na obra de Clausewitz, ou evitar o enfrentamento direto, constante na obra de Sun Tzu, constituem exemplos dessas considerações. Mas, por outra ótica e, ainda segundo a diferenciação de estratégia e tática, feita por Clausewitz, "The Berm" poderia ser entendida como uma ação tática, ainda que com reflexos operacionais e estratégicos.

Em 1994, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, propôs um aprofundamento das negociações com o objetivo de promover um processo de recenseamento eleitoral o mais completo possível, de modo a um futuro referendo ter a legitimidade aceitável por ambas as partes. No entanto, o Marrocos identificou que, quanto mais retardado temporalmente fosse qualquer iniciativa de referendo, melhor seria para seus objetivos de anexar o Saara Ocidental. Tal fato é facilmente explicável. Com o passar dos anos, a dificuldade de identificar os eleitores legítimos ficaria gradualmente maior; estes, os verdadeiros cidadãos com direito a voto, naturalmente morreriam; e, por fim, não haveria outra opção a não ser a anexação. Para o Marrocos, portanto, a questão do Saara Ocidental passou a se tratar de uma mera questão de tempo.

Do exposto, opina-se que a guerra não foi eficaz para os propósitos marroquinos, tendo em vista que os objetivos estratégicos pretendidos ainda não foram alcançados, isto é, o território ainda não foi formalmente reconhecido como parte integrante do Marrocos. Ainda que no período da Guerra Fria a estratégia marroquina tenha obtido algum sucesso, em especial o apoio estadunidense, tem-se que nos anos seguintes a sociedade internacional foi progressivamente migrando de uma situação de neutralidade e/ou divisão de posicionamentos para uma maior tendência em apoiar o conceito de autodeterminação e, consequentemente, repelir a perspectiva do Marrocos. Ponto adicional relevante é que a simples presença da questão do Saara Ocidental na agenda da opinião pública internacional, por

décadas, já evidencia a incapacidade do Marrocos em fazer valer a sua pretensão de tratar-se de assunto relativo a sua soberania e, portanto, da esfera de sua política doméstica.

4.2. A Estratégia Aplicada pelo Saara Ocidental

De forma correlata ao caso marroquino, o Saara Ocidental constitui a outra parte principal da questão. Em linhas gerais, a República Árabe Saaraui Democrática foi fundada para se contrapor aos interesses estrangeiros, na defesa pela soberania autóctone e autodeterminação do povo nativo da região, os saarauís. Assim como seus oponentes fizeram, o presidente e seus principais líderes traçaram uma estratégia de engajamento, a qual manteve a questão ativa e latente até os dias de hoje. Pode-se depurar, portanto, que os objetivos nacionais do Saara Ocidental, como Estado, seriam a sua independência, o exercício da sua autodeterminação, o seu reconhecimento enquanto estado nacional integrante da sociedade internacional e, em última instância, o exercício da soberania estatal em seu território. Embora tais objetivos ainda não tenham sido conquistados, passadas quase quatro décadas do início do contencioso, é possível inferir, como se vê a seguir, que a estratégia saarauí vem, progressivamente, evidenciando maior sucesso em relação à posição marroquina.

Segundo Freedman (2013), de Homer, na Grécia Antiga, vieram as qualidades contrastantes, representados respectivamente por Aquiles e Ulisses, de Biē e Mētis (força e astúcia). Para o caso do Saara Ocidental, esse binômio foi bastante aplicável, desde o período colonial até os dias de hoje. Tal fato se deu, porque, desde o início, foi notória a inferioridade da expressão militar da Frente Polisário, se comparada à mesma expressão do Marrocos. Este último possui, somente na área do conflito duas divisões de exército em posição defensiva, com abundância de meios, muitos dos quais, blindados. Cabe destacar, ainda, que essa situação reflete o último dia da guerra em 1991, quando todas as unidades foram proibidas de se movimentar por força do acordo de paz, firmado sob os auspícios da ONU[25]. Ademais, o Marrocos possui uma Força Aérea dotada de boa aviação de caça, que poderia devastar as parcas posições de vigilância saarauís, em poucos dias de combate. Em virtude dessas condicionantes, o Saara Ocidental adotou, desde o início do conflito, o método da estratégia indireta e um modelo de pensamento estratégico do conflito total prolongado, com fraca intensidade militar (EME, 2001, p. 2–9). Este modelo, que visa a desgastar moralmente o inimigo, causando-lhe baixas e abatendo seu moral, é aplicável contra um oponente muito mais poderoso, como no caso em questão. O Saara teve, por conseguinte, que personificar Mëtis para sobreviver e buscar impor sua vontade no conflito.

Muitos óbices se antepuseram a luta do povo saarauí na busca pela sua soberania e pela sua autodeterminação. A forte ofensiva marroquina, a superioridade de meios do oponente, a opinião pública internacional dividida e, inicialmente, o afastamento da questão dos olhos da mídia. Para enfrentar tais óbices, o governo saarauí estabeleceu, no início, uma estratégia de defesa nacional da aliança, passando a receber apoio da Argélia e, mais tarde, da Líbia, que recusou, inclusive, os resultados de um referendo promovido por Hassan II em 1981.

Nesse contexto, os saarauís procuraram seguir as ações indiretas defendidas por Sun Tzu e utilizar a astúcia constante na obra de Maquiavel, para sobreviver durante mais de um

25 Para uma visão mais detalhada dos meios de combate do Marrocos, sugere-se a observação de IISS (2015, pp. 342–345).

decênio de guerra. A guerra total de Clausewitz sequer foi possível um dia, em face da assimetria das partes envolvidas no contencioso. Os saarauís mais idosos relatam que durante a guerra a estratégia preponderante foi a formação de pequenos grupos militares, que faziam ações rápidas e violentas contra os pontos-fortes marroquinos, com a finalidade de pilhar todo seu material militar e causar o máximo de baixas. Essa forma era a única e mais eficiente maneira de obter material militar para continuar em guerra, utilizando o material capturado ao inimigo, contra o próprio inimigo.

Paralelamente, durante a Guerra Fria, o Saara Ocidental teve apoio material do bloco socialista, em situação que é encontrada até os dias de hoje no componente militar polisário. Esse alinhamento, em virtude do que ocorreu após a queda de Berlim, da desintegração da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da ascensão dos Estados Unidos da América como potência hegemônica na nova ordem mundial, pode ter se constituído em um erro estratégico que dificultou, ainda mais, a resolução da questão em favor do povo saarauí. Na atual conjuntura, há uma forte tendência do Marrocos associar a Frente Polisário a organismos terroristas internacionais, como o Al-Qaeda Maghreb, "sucursal" do famoso grupo terrorista, em atuação no norte da África, fazendo com que se consolide de forma mais intensa a oposição estadunidense a qualquer pretensão saarauí. Neste sentido, as Forças Armadas norte-americanas realizam, sistematicamente, o treinamento de forças marroquinas, na sua constante preparação para uma possível volta às hostilidades contra os Polisários, ao passo que o Marrocos angaria apoio no campo político de um ator de peso como os EUA (Berramdane, 1992).

Ainda, o povo saarauí utilizou-se de artifícios, de estratagemas para se opor a um oponente bem superior. Diversos episódios ocorreram durante o período colonial. Segundo Hodges (1984), a Frente Polisário lançou ações com várias centenas de guerrilheiros contra postos fronteiriços, de forma simultânea, contra as forças espanholas em presença no território. Alguns caíram de uma só vez nas mãos dos polisários e reforços espanhóis tiveram que ser levados às Ilhas Canárias para, de lá, debelar a situação. Em outro episódio, a Frente Polisário sequestrou sete espanhóis num farol, próximo ao Cabo Bojador, além de sabotá-lo e colocá-lo fora de ação por vários dias. Em uma outra ocasião, militares saarauís atacaram um comboio espanhol próximo a El-Ayoun. Enfim, para o governo espanhol, ao mesmo tempo que a condução de uma campanha militar conjunta, com as forças armadas francesas, havia se tornado um atrativo, a ideia que os próprios meios militares espanhóis não se mostravam eficientes contra um grupo militar e numericamente inferior era algo humilhante. Desses poucos exemplos, pode-se observar a ampla utilização de astúcia, presente na história da Grécia Antiga, por exemplo, para enfrentar um oponente numericamente superior.

Em particular, quanto à guerra travada com o Marrocos, alguns aspectos estratégicos merecem ser ressaltados. Inicialmente, o profundo conhecimento do terreno, conforme preconizava Clausewitz. Tal conhecimento gerou um desequilíbrio no combate, que favorecia em grande parte um oponente mais fraco. A Frente Polisário se tornou bastante conhecida por surgir de surpresa e realizar ações com elevado grau de agressividade e rapidez, em pontos decisivos, e, com isso, obter vitórias parciais, além de infringir baixas a seus oponentes. Dessa forma, derrotou a Mauritânia em três anos de conflitos e sobreviveu durante aproximados quinze anos de guerra contra o Marrocos.

Dessa forma, a estratégia presente nos dias de hoje, aplicada pelo Saara Ocidental, pode ser caracterizada por uma grande resiliência demonstrada em aguardar a solução do conflito no campo diplomático, por aproximadas quatro décadas. No território, a Frente Polisário deixou apenas uma pequena parte de suas Forças Armadas, para efeitos de presença e controle, além de insignificativa parcela da população. Grande parte dos meios militares saarauis, e o componente político em si, permanecem fora do território, em área aliada e segura, na Argélia[26]. Lá se encontra também a quase totalidade da população saarauí, nos campos de refugiados próximos à cidade de Rabouni[27]. A finalidade dessa configuração é não perder a maioria dos meios militares numa primeira investida marroquina sobre o território.

Do exposto, pode-se concluir que o Saara Ocidental adotou uma estratégia que resistiu ao tempo e à superioridade de seu oponente. Seria esta uma estratégia vencedora? À luz do pensamento de Clausewitz, seguramente que não. Mas, à luz da proposta estratégica adotada pela RASD, cuja intenção é associada à resistência de longa duração, é possível opinar no sentido de que, ainda que em termos políticos permaneça o impasse inicial[28], assim como não tenham sido alcançados os objetivos propostos, tem-se que em termos militares a estratégia foi suficiente fazer face à superioridade dos oponentes, tendo sido vencedora em relação à Mauritânia e, parcialmente, em relação ao Marrocos. Ressalta-se que a estratégia adotada pelos saarauis fez com que a situação caminhasse para um ponto de equilíbrio, que mantém a situação latente até os dias de hoje. Não obstante, considera-se inestimável o quanto esse status quo pode ser mantido, particularmente, em face das novas gerações de saarauis que, pressionados pelas deploráveis condições de vida e pela longa espera de décadas, podem ceder aos anseios marroquinos de soberania sobre o território ou autonomia dentro do reino e uma consequente melhoria de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia esteve presente na história, desde a Antiguidade até os dias de hoje. Seu estudo sistemático não data daquela época e pode-se dizer que a palavra estratégia teve seu conceito ampliado ao longo do tempo. Partindo da noção clássica militar, que perdurou durante séculos, a semântica do vocábulo foi se ampliando, quando, no século XVII, uma das mais antigas atividades da humanidade – a guerra – passou de limitada a nacional, mobilizando, assim, a totalidade de uma Nação (COUTAU-BÉGARIE, 1999; EME, 2001; ESG, 2014; FREEDMAN, 2013; GRAY, 2006; PARET et al., 1986).

Independente de que época, a estratégia passou a ser entendida como campo do conhecimento e começou a ser estudada como tal, embora nunca de forma isolada. A estratégia

26 Para uma melhor compreensão da dimensão e dinâmica populacional associada aos saarauís vivendo em campos de refugiados na Argélia vide Reis (Reis, 2012).

27 Útil observar a atuação do United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) na região (http://www.unhcr.org/pages/49e485e16.html)

28 Apesar de não ter sido analisada a perspectiva estratégica da ONU, cabe referir que ao mesmo tempo em que a MINURSO criou um ambiente seguro e estável, assim como assegurou relativa liberdade de movimento no território sob disputa, também atuou na contramão de uma solução definitiva da questão, na medida em que evidenciou certa conveniência para com muitos dos atores envolvidos na questão. Sugere-se que este tópico – a influência da MINURSO para o impasse do conflito – configura uma potencial agenda complementar de pesquisa, contribuindo com o aperfeiçoamento da presente análise.

sempre figurou como um campo do conhecimento multidisciplinar. Nesse sentido, vários nomes passaram a contribuir para esse campo, tais como Sun Tzu, Maquiavel e Clausewitz, etc. De modo análogo, e especificamente observando o contexto brasileiro, tem-se relevante atenção governamental para o assunto, em especial junto à estrutura de Defesa Nacional. São exemplos a dedicação da Escola Superior de Guerra e do Exército Brasileiro ao assunto, concentrando e produzindo doutrina nessa área, considerada de primordial relevância para os níveis político, estratégico e operacional de um conflito.

O caso do Saara Ocidental é um dos mais antigos conflitos associados ao processo de descolonização da África, permanecendo irresoluto até os dias de hoje. Mantendo-se ativo por décadas, e tendo inclusive persistido a importantes modificações do cenário internacional, a exemplo do fim da Guerra Fria, tornou-se uma boa questão de estudo para a Estratégia, pela riqueza e atualidade de exemplos, bem como pela possibilidade de se estabelecer correlações com distintos pressupostos teóricos associados a tal disciplina.

Como visto nos estudos de caso realizados, o Marrocos adotou um método de estratégia direta, mais próximo das formulações de Clausewitz e Maquiavel, ao passo que atuou no campo diplomático de forma extremamente hábil, trazendo os EUA para seu lado, durante e após a Guerra Fria. Embora o enfrentamento direto não o tenha auxiliado a resolver a questão, o Marrocos opera um alargamento de brecha na opinião pública internacional e, aos poucos, aguarda que novas gerações de saarauis possam vir para trazer flexibilidade para os pressupostos iniciais de sua causa. O Saara Ocidental foi forçado ao enfrentamento direto, mas agiu com a astúcia presente em Mëtis da Grécia Antiga, bem como formulado por Maquiavel e Sun Tzu. No que concerne ao confronto, procurou o desgaste do inimigo, adotando uma abordagem de longa duração, em aproximação ao formulado por Sun Tzu, e tendo em vista a insuficiência de meios militares para a adoção de uma guerra rápida. A única chance de sobrevivência da luta saaraui foi o prolongamento no tempo, por intermédio de um conflito longo, de baixa intensidade e caracterizado pela ação de pequenos grupos em pontos-chave da estrutura inimiga, como visto na pesquisa. Pode-se afirmar, ainda, que o status quo da questão hoje pode ser resumido em um ponto de equilíbrio entre a perda do território pelos saaraoui – em face de sua pouca envergadura militar, sobretudo – e o exercício da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental.

Por fim, há de se reafirmar a importância da estratégia para a consecução dos objetivos nacionais traçados pelo componente político dos Estados. O impasse existente hoje no caso estudado foi resultado das estratégias adotadas pelo Marrocos e pelo Saara Ocidental. Certas ou erradas, as estratégias influíram, indiscutivelmente, no estado em que se encontra atualmente a questão. Solução? Somente o tempo – ou a adoção de novas estratégias – trará uma resposta para esta última pergunta, que permanece como desafio prospectivo e de reflexão teórica.

REFERÊNCIAS

Alberts, D. S., & Czerwinski, T. J. (Eds.). (1997). Complexity, Global Politics, and National Security. Washington, DC (USA): National Defense University Press.

Ammour, L. A. (2006). A qui profite le gel du conflit du Sahara Occidental? NATO Research Papers. Rome (ITA): NATO Defense College.

Ashcroft, B., Griffiths, G., & Tiffin, H. (2007). Post-colonial studies: the key concepts. Abingdon (UK): Routledge.

Barata, M. J. (2008). Nações Unidas e Resolução de Conflitos: uma análise do caso do Saara Ocidental. Relações Internacionais, (18), 91–111.

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa (POR): Edições 70.

Bassford, C. (2007). The Primacy of Policy and the "Trinity" in Clausewitz's Mature Thought. In H. Strachan & A. Herberg-Rothe (Eds.), Clausewitz in the Twenty-First Century. Oxford (UK): Oxford University Press.

Berramdane, A. (1992). Le Sahara occidental, enjeu maghrébin. Paris (FRA): Karthala Editions.

Boukhari, A. (2004). The international dimension of the conflict over the Western Sahara and its repercussions for a moroccan alternative (No. n. 16/2004). Madrid (ESP): Real Instituto Elcano.

Bousquet, A. (2009). The Scientific Way of Warfare: Order and Chaos on the Battlefields of Modernity. New York, NY (USA): Columbia University Press.

Bousquet, A., & Curtis, S. (2011). Beyond models and metaphors: complexity theory, systems thinking and international relations. Cambridge Review of International Affairs, 24(1), 43–62. http://doi.org/10.1080/09557571.2011.558054

Byrne, D. (1998). Complexity Theory and the Social Sciences: An Introduction. London (UK): Routledge (Taylor & Francis Group).

Cairney, P. (2012). Complexity Theory in Political Science and Public Policy. Political Studies Review, 10(3), 346–358. http://doi.org/10.1111/j.1478-9302.2012.00270.x

Castro, T. C. de. (1994). Espaços Geográficos: sistemática de estudo. Rio de Janeiro, RJ: Bibliex.

CIJ (Cour Internationale de Justice). Sahara Occidental: avis consultatif (1975). United Nations.

Clausewitz, C. Von. (1832). On War (Vol. 3 v.). Indianapolis, IN (USA): Liberty Fund. Retrieved from http://oll.libertyfund.org

Coutau-Bégarie, H. (1999). Traité de stratégie. Paris (FRA): Economica.

Coutau-Bégarie, H. (2010). Tratado de Estratégia. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Guerra Naval.

Couture, M. (2007). Complexity and chaos - State-of-the-art; Overview of theoretical con-

cepts (No. TM 2006-453). Otawwa (CAN): DRDC Valcartier.

Darbouche, H., & Colombo, S. (2010). The EU, Civil Society and Conflict Transformation in Western Sahara: The Failure of Disengagement (No. 13). Brighton (UK): MICROCON.

Durch, W. J. (1993). Building on Sand: UN Peacekeeping in the Western Sahara. International Security, 17(4), 151–171.

EB (Exército Brasileiro). (2001). Estratégia (C 124-1). Brasília, DF: EME (Estado-Maior do Exército).

EME (Estado-Maior do Exército). (2001). Estratégia (Manual de Campanha - C 124-1). Brasília, DF: EGGCF.

ESG (Escola Superior de Guerra). (2014). Manual Básico: elementos fundamentais (Vol. I). Rio de Janeiro, RJ: ESG.

Estrada, R. D. (2014). Saara Ocidental: história, geopolítica e perspectivas da "última colônia." Caderno de Relações Internacionais, 7(1), 118–147.

Estrada, R. D., & Ricci, C. (2012). A Política Externa Brasileira para a questão do Saara Ocidental. In Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais: Integração Regional e Cooperação Suil-Sul no Século XXI (pp. 345–360). Porto Alegre, RS: SEBREEI.

Ferreira, P. M. C. (2012). Sahara Ocidental: persistência e interesses de Marrocos na última colónia africana.

Freedman, L. (2013). Strategy: a history.

Gat, A. (1989). The origins of Military Thought: from the Enlightenment to Clausewitz. New York, NY (USA): Oxford University Press, USA.

Gell-Mann, M. (1995). What is Complexity? Complexity, 1(1), 16–19.

Gray, C. S. (Ed.). (2006). Strategy and History: Essays on theory and practice. New York, NY (USA): Routledge.

Hodges, T. (1984). Western Sahara: The Roots of a Desert War. Connecticut, CT (USA): Lawrence Hill & Co.

Howard, M. (1983). Clausewitz: A Very Short Introduction.

IISS (The International Institute for Strategic Studies). (2015). Chapter Seven: Middle East and North Africa. In The Military Balance (Vol. 115, pp. 303–362). London (UK): IISS. http://doi.org/10.1080/04597222.2015.996362

Janis, M. W. (1976). The International Court of Justice: Advisory Opinion on the Western Sahara. Harvard International Law Review, 17(3), 609–621.

Kane, T. M. (2007). Ancient China on Postmodern War: enduring ideas from Chinese strategic tradition.

Maquiavel, N. (1998). O Príncipe. São Paulo, SP: L&PM Editores.

Maquiavel, N. (2008). A Arte da Guerra. São Paulo, SP: L&PM Editores.

MD (Ministério da Defesa). (2007). Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01).

Mitchell, M. (2009). Complexity: A Guided Tour. New York, NY (USA): Oxford University Press.

Paret, P. (1984). The genesis of On War. In M. Howard & P. Paret (Eds.), On War (pp. 3–25). Princeton, NJ (USA): Princeton University Press.

Paret, P. (Ed.). (2001). Construtores da Estratégia Moderna (Tomo 1). Rio de Janeiro, RJ: Bibliex.

Paret, P. (Ed.). (2003). Construtores da Estratégia Moderna (Tomo 2). Rio de Janeiro, RJ: Bibliex.

Paret, P., Craig, G. A., & Gilbert, F. (Eds.). (1986). Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age (Vol. 29). New Jersey, NJ (USA): Princeton University Press. http://doi.org/10.2307/3105238

Paupério, A. M. (1958). O conceito polêmico de soberania. Rio de Janeiro, RJ: Forense.

Pazzanita, A. G. (1994). Morocco versus Polisario: a Political Interpretation. The Journal of Modern African Studies, 32(2), 265–278. http://doi.org/10.1017/S0022278X00012751

Pereira, P. S. (2012). Saara Ocidental: um processo de não-autodeterminação naciona. Ciência E Cultura, 64(4), 22–26.

Pointier, L. (2004). Sahara Occidental: la controverse devant les Nations Unies. Paris (FRA): Karthala.

Reis, R. M. dos. (2012). Quotidianidade da Fronteira na Experiência de Vida dos Saharauís Refugiados em Tindouf. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa (POR).

Rézette, R. (1975). Le Sahara Occidental et les frontières marocaines. Paris (FRA): Nouvelles Editions Latines.

Ribeiro, W., & Lopes, C. (2015). Requerimento para a realização de Audiência Pública para debater a situação do Sahara Ocidental e o reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática pelo governo brasileiro. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Richardson, K. A., & Cilliers, P. (2001). What is Complexity Science: A view from different directions. Emergence, 3(1), 5–23.

Richardson, K. A., Mathieson, G., & Cilliers, P. (2000). The Theory and Practice of Complexity Science: Epistemological Considerations for Military Operational Analysis. SysteMexico, 1(1), 25–68.

Ruiz Miguel, C. (2014). La Causa Saharaui. Humania Del Sur: Revista de Estudios Latinoamericanos, Africanos Y Asiáticos, 9(17), 53–68.

Secretariat of United Nations General Assembly. (2015). Western Sahara. New York, NY.

Shelley, T. (2004). Endgame in the Western Sahara: What future for Africa's Last Colony? London (UK): Zed Books Ltd.

Smith, H. (2004). On Clausewitz: a study of military and political ideas.

Smith, J. (2013). Fishing for Self-determination: European Fisheries and Western Sahara - the case of ocean resources in Africa's last colony. In A. Chircop, S. Coffen-Smout, & M. McConnel (Eds.), Ocean Yearbook 27 (pp. 267–290). Leiden (NED): Martinus Nijhoff Publishers.

Sousa, F. X. (2012). Marrocos e a Segurança do Magreb. Nação E Defesa, 132, 11–60.

Stephan, M., & Mundy, J. (2006). A battlefield transformed: from guerilla resistance to mass nonviolent struggle in the Western Sahara. Journal of Military and Strategic Studies, 8(3), 1–32.

Sun Tzu. (2001). A arte da Guerra: uma nova interpretação. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus.

UN (United Nations). The situation concerning Western Sahara (1991). United Nations.

UN (United Nations). (2012). Western Sahara (Map no 3175 Rev. 4). New York, NY (USA): UN (United Nations).

Under-Secretary-General for Legal Affairs. (2002). Letter dated 29 January 2002 from the Under-Secretary-General for Legal Affairs, the Legal Counsel, addressed to the President of the Security Council. New York, NY (USA): United Nations.

United Nations. (2007). MINURSO Handbook. New York, NY (USA).

Weaver, W. (1948). Science and Complexity. American Scientis, 36, 536–547.

White, N. (2015). Conflict Stalemate in Morocco and Western Sahara: Natural Resources, Legitimacy and Political Recognition. British Journal of Middle Eastern Studies, 42(3), 339–357. http://doi.org/10.1080/13530194.2014.949220

Zoubir, Y. H. (2007). Stalemate in Western Sahara: Ending International Legality. Middle East Policy, XIV(4), 158–177.

Zoubir, Y. H. (2010). The Western Sahara conflict: regional and international repercussions. Concerned Africa Scholars, (85), 72–77.

Zoubir, Y. H., & Benabdallah-Gambier, K. (2005). The United States and North African Imbroglio: balancing interests in Algeria, Morocco, and Western Sahara. Mediterranean Politics Survival, 10(2), 181–202.

Zucker, D. M. (2009). Teaching research methods in the humanities and social sciences: how to do case study research. In M. Gardner, B. Kawulich, & C. Wagner (Eds.), Teaching Research Methods in the Humanities and Social Sciences. (pp. 171–182). Farnham (UK): Ashgate Publishing Limited.

Zunes, S., & Mundy, J. (2010). Western Sahara: War, Nationalism and Conflict Irresolution. Syracuse, NY (USA): Syracuse University Press.

UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

CFCH
CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS

Departamento de
Ciência Política

Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política